

STJ00119172

**DIREITO**

**ANTI**

Eduardo Molan Gaban ■ Juliana Oliveira Domingues

**TRUS**

**TE**

5ª edição  
2024

saraiva  *jur*

**saraiva**  
EDUCAÇÃO**saraiva** SAAv. Paulista, 901, Edifício CYK, 4º andar  
Beia Vista – São Paulo – SP – CEP 01310-100**SAC**

sac.sets@saraivaeducacao.com.br

**Diretoria executiva** Flávia Alves Bravin  
**Diretoria editorial** Ana Paula Santos Matos  
**Gerência de produção e projetos** Fernando Penteado  
**Gerência de conteúdo e aquisições** Thais Cassoli Reato César  
**Gerência editorial** Lívia Céspedes

**Novos projetos** Aline Darcy Flôr de Souza  
 Dalila Costa de Oliveira

**Edição** Samantha Rangel

**Design e produção** Jeferson Costa da Silva (coord.)  
 Rosana Peroni Fazolani  
 Guilherme Salvador  
 Lais Soriano  
 Tiago Dela Rosa  
 Verônica Pivisan

**Planejamento e projetos** Cíntia Aparecida dos Santos  
 Daniela Maria Chaves Carvalho  
 Emily Larissa Ferreira da Silva  
 Kelli Priscila Pinto

**Diagramação** Adriana Aguiar

**Revisão** Cecília Devus

**Capa** Tiago Dela Rosa

**Produção gráfica** Marli Rampim

**Impressão e acabamento** Sergio Luiz Pereira Lopes  
 Gráfica Paym

**DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)**  
**VAGNER RODOLFO DA SILVA – CRB-8/9410**

D671d Domingues, Juliana Oliveira

Direito Antitruste / Juliana Oliveira Domingues,  
Eduardo Molan Gaban. – 5. ed. – São Paulo :  
SaraivaJur, 2024.

424 p.

ISBN: 978-85-5362-302-0 (impresso)

1. Direito. 2. Direito Antitruste. I. Gaban, Eduardo  
Molan. II. Título.

CDD 341.3787

CDU 347.733

2023-3056

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Direito Antitruste	341.3787
2. Direito Antitruste	347.733

**Data de fechamento da edição: 4-10-2023**Dúvidas? Acesse [www.saraivaeducacao.com.br](http://www.saraivaeducacao.com.br)

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CÓD. OBRA

2435

CL

608795

CAE

843887

**ÍNDICE**

<i>Agradecimentos</i> .....	VII
<i>Lista de siglas</i> .....	IX
<i>Lista de ilustrações</i> .....	XI
<i>Índice</i> .....	XIII
<i>Prefácio à 5ª edição</i> .....	XIX
<i>Nota dos autores à 5ª edição</i> .....	XXIII
<i>Prefácio à 3ª edição</i> .....	XXV
<i>Apresentação à 3ª edição</i> .....	XXXI

**Parte I****BASES CONSTITUCIONAIS DO DIREITO ANTITRUSTE BRASILEIRO**

1	PRINCÍPIOS E REGRAS CONSTITUCIONAIS ESTRUTURANTES DO DIREITO ANTITRUSTE.....	1
1.1	Princípios constitucionais .....	1
1.2	Regras constitucionais .....	2
1.3	Princípios da ordem econômica constitucional estruturantes do Direito Antitruste .....	4
1.3.1	Princípio da livre-iniciativa .....	5
1.3.2	Princípio da livre concorrência.....	7
1.3.3	Princípio da defesa do consumidor.....	8
1.3.4	Princípio da função social da propriedade .....	10
1.4	Repressão ao abuso do poder econômico .....	11
1.5	A necessária atenção aos princípios constitucionais no processo de aplicação do Direito Antitruste .....	12

**Parte II****ANTITRUSTE/DEFESA DA CONCORRÊNCIA:  
HISTÓRICO, FUNDAMENTOS E FOCOS DE ATUAÇÃO**

2	BREVE HISTÓRIA E EVOLUÇÃO DO ANTITRUSTE .....	17
2.1	Antecedentes .....	18
2.1.1	Formação de normas concorrenciais no Canadá.....	20
2.1.2	Formação de normas concorrenciais nos EUA.....	21
2.1.3	Formação de normas concorrenciais na Europa.....	28
2.1.3.1	O caso <u>Quinina</u> e a prova de envolvimento no cartel.....	30
2.1.3.2	O caso da Celulose e a teoria dos efeitos.....	31
2.1.3.3	O caso Indústria de Carnes e a alegação de cartel de crise.....	32
2.1.4	Formação de normas concorrenciais no Brasil .....	34

2.2	A relação entre a disciplina de condutas e a de estruturas .....	36
2.3	O antitruste na teoria jurídica e na teoria econômica.....	38
2.3.1	A Escola de Harvard e a Escola de Chicago.....	38
2.3.2	A Escola de Freiburg.....	44
2.3.3	O Movimento Neobrandeisiano.....	46
2.3.4	Parâmetros estrangeiros de decisão e o direito brasileiro .....	50
2.4	O bem-estar ( <i>welfare</i> ) e a análise antitruste .....	53
3	ETAPAS DA ANÁLISE ANTITRUSTE.....	61
3.1	Mercado relevante.....	62
3.2	Parcela substancial do mercado, poder de mercado e posição dominante.....	67
3.3	Probabilidade de exercício do poder de mercado .....	71
3.3.1	Barreiras à entrada.....	71
3.3.2	Rivalidade.....	75
3.3.3	Eficiências econômicas.....	77
4	CONTROLE DE ESTRUTURAS .....	80
4.1	Hipóteses normativas de controle antitruste de operações empresariais .....	80
4.1.1	Sanções por infrações a normas específicas do controle de estruturas .....	84
4.1.1.1	Enganosidade, recusa, omissão ou retardamento injustificado de informações .....	85
4.1.1.2	Consumação Prévia de Atos de Concentração ( <i>gun jumping</i> ).....	91
4.1.1.3	Prevenindo <i>gun jumping</i> em <i>Merger &amp; Acquisitions (M&amp;A) – clean teams, parlor rooms</i> , comitês executivos .....	97
4.1.1.4	Exceções à vedação de consumação prévia: oferta pública de ações (OPA) e aprovação precária .....	99
4.2	Atos de concentração econômica .....	101
4.2.1	Crítérios de incidência da Lei Antitruste para controle de estruturas .....	104
4.2.1.1	Regra matriz de incidência para controle de estruturas .....	104
4.2.1.2	Hipóteses de concentração econômica e isenção antitruste .....	106
4.2.1.3	Regra geral para a definição antitruste de grupo econômico.....	107
4.2.1.4	Teoria dos efeitos ou aplicação extraterritorial da LDC.....	109
4.2.1.5	Regras especiais de incidência para operações envolvendo fundos de investimento.....	113
4.2.1.6	Regras especiais de incidência para operações envolvendo contratos associativos .....	114

4.3	Procedimentos de análise dos atos de concentração (sumário, ordinário e complexo).....	117
4.4	Intervenção de terceiros interessados e impugnações .....	119
4.5	Avocações .....	120
4.6	Decisões e Acordos em Atos de Concentração (ACCs) .....	121
4.6.1	Monitores independentes ou <i>Trustees</i> .....	123
5	CONTROLE DE CONDUTAS .....	127
5.1	Hipóteses normativas de infrações antitruste .....	127
5.1.1	Sanções por infrações à Lei Antitruste.....	130
5.2	Responsabilidade na Lei Antitruste .....	134
5.3	Abuso de posição dominante .....	137
5.3.1	Aumento abusivo de preços (preço abusivo ou excessivo) ...	138
5.3.2	Discriminação .....	139
5.3.3	Preços predatórios .....	142
5.3.4	Políticas promocionais .....	144
5.3.5	Venda casada .....	145
5.3.6	Exclusividade .....	148
5.3.7	Políticas de bônus, descontos e programas de fidelidade .....	150
5.3.8	Estrangulamento de preços ou de margens de lucro ( <i>price-squeeze or margin-squeeze</i> ) .....	152
5.3.9	Recusa de venda ou recusa de contratar.....	154
5.3.10	Fixação ou imposição de preço de revenda.....	156
5.3.11	Abuso do direito de petição ( <i>sham litigation</i> ).....	160
5.4	Acordos entre concorrentes.....	167
5.4.1	Acordos anticoncorrenciais.....	168
5.4.1.1	Conceito e tipos.....	169
5.4.1.2	Cartel como crime .....	177
5.4.1.3	Condições para existência do cartel .....	179
5.4.1.4	Valoração das provas .....	182
5.4.1.5	Poder de mercado .....	184
5.4.1.6	Liderança por preços ( <i>price leadership</i> ) .....	187
5.4.1.7	Paralelismo de conduta e <i>plus factor</i> .....	190
5.4.1.8	Cartéis internacionais.....	195
5.4.1.9	Cartéis internacionais <i>hard core</i> .....	203
5.4.1.10	Prevalência, formação e identificação .....	206
5.4.2	Colaboração entre concorrentes .....	211
5.4.2.1	Influência europeia e norte-americana.....	214
5.4.2.2	Compartilhamento de informações.....	215
5.4.2.3	Pesquisa e desenvolvimento (P&D).....	219
5.4.2.4	Condições comerciais gerais.....	220
5.4.2.5	Outros aspectos gerais .....	221

**Parte III**  
**PROMOÇÃO INTERNACIONAL DO ANTITRUSTE/  
 DEFESA DA CONCORRÊNCIA**

6	A VOCAÇÃO INTERNACIONAL DO DIREITO ANTITRUSTE.. ..	223
6.1	OCDE .....	227
6.1.1	Considerações sobre as <i>soft laws</i> .....	228
6.1.2	Recomendações da OCDE.....	230
6.2	UNCTAD.....	235
6.2.1	A concorrência na UNCTAD.....	236
6.2.2	Estratégias da UNCTAD para estimular a cultura concorrencial.....	241
6.3	OMC .....	243
6.3.1	A concorrência na OMC .....	245
6.3.2	Propostas de atuação do passado.....	246
6.4	Rede Internacional de Concorrência (ICN) .....	249
6.4.1	A ICN e os cartéis.....	255
6.4.2	Recomendações às práticas preventivas e ao Compliance Antitruste.....	261
	<b>NOS PLANOS BILATERAL, REGIONAL: A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA.....</b>	<b>263</b>
7.1	Acordos de cooperação.....	265
7.1.1	Cortesia positiva e cortesia negativa.....	266
7.2	Direito Antitruste no MERCOSUL .....	269
7.3	Experiência brasileira com cooperação no combate aos cartéis <i>hard core</i> .....	274

**Parte IV**  
**FRONTEIRAS DO ANTITRUSTE**

8	ANTITRUSTE, DIREITO PREMIAL E ANTICORRUPÇÃO.....	281
8.1	Colaborações premiadas no Direito Antitruste.....	281
8.1.1	Acordos de leniência: histórico.....	281
8.1.2	Acordo de leniência: pré-requisitos e benefícios.....	287
8.1.3	Acordo de leniência: leniência <i>plus</i> .....	289
8.1.4	Acordo de leniência: outras implicações.....	291
8.1.5	Termo de Compromisso de Cessação de Prática (TCC).....	292
8.1.6	Colaborações premiadas na Lei Antitruste: cooperação, evolução e desafios .....	297
8.2	Colaborações premiadas relacionadas ao Direito Antitruste: Lei de Organizações Criminosas e Lei Anticorrupção.....	299
8.3	Anticorrupção, <i>Compliance</i> e Direito Antitruste.....	303
8.3.1	Lei Anticorrupção e Lei Antitruste .....	304

8.3.2	<i>Compliance</i> .....	305
8.3.2.1	<i>Compliance</i> Anticorrupção .....	305
8.3.2.2	<i>Compliance</i> Antitruste .....	308
8.3.3	Guia para Programas de <i>Compliance</i> Antitruste .....	308
9	ANTITRUSTE, REPARAÇÃO DE DANOS E ARBITRAGEM .....	310
9.1	Experiências europeia e norte-americana.....	313
9.2	Experiência brasileira.....	317
10	ANTITRUSTE E ESPECIALIZAÇÃO DA JUSTIÇA .....	322
11	ANTITRUSTE E PROPRIEDADE INTELECTUAL .....	325
11.1	Experiência brasileira.....	325
11.2	Influência da jurisprudência internacional .....	330
12	DIREITO ANTITRUSTE E DIREITO DO TRABALHO.....	335
12.1	Cláusulas de Não Concorrência em Contratos de Trabalho.....	338
12.2	Relação do CADE com a magistratura do trabalho .....	339
	BIBLIOGRAFIA.....	341